

Lisboa, 27 de novembro de 2023

Indicadores sobre a Deficiência e Incapacidade

Contributo para a ENIPD 2021-2025



Nos Censos 2021,

tal como em 2011, foram medidas incapacidades da população ao nível dos seguintes domínios universais de funcionalidade: “visão”, “audição”, “mobilidade”, “cognição/memória” (determinam a incapacidade), “realização de cuidados pessoais”, “comunicação” (considerados complementares).

De acordo com os dados publicados, 10,9% da população total residente (com 5 ou mais anos) em Portugal, isto é, 1,1 milhões de pessoas, tem pelo menos uma incapacidade nestes domínios. Note-se que, ainda que nos Censos 2011 este peso tenha sido de 17%, estes dados não são diretamente comparáveis, conforme informação veiculada pelo INE⁽¹⁾. No que diz respeito ao universo de incidência, a presença de uma incapacidade continua a afetar principalmente as mulheres, que representam 62,2% desse universo no último Censos.

Na tipologia de “incapacidades”, a dificuldade em andar/ subir degraus é prevalente, afetando 6,1% da população com 5 ou mais anos. Logo a seguir, 3,5% são afetados pela incapacidade em ver, 3,4% pela incapacidade de cognição/ memória, e 3,0% têm dificuldade em concretizar cuidados pessoais (tomar banho ou vestir-se sem apoio). Menos de 3% têm dificuldades em ouvir (2,8%) e em comunicar (compreender os outros ou fazer-se compreender; 1,5%).

Percentagem da população residente com 5 ou mais anos com pelo menos uma incapacidade

Portugal, Censos 2021 (fonte: INE)



Em 2021,
perto de 11% da população residente em Portugal (acima dos 5 anos) tem pelo menos uma incapacidade. A mais prevalente corresponde à “incapacidade em andar ou subir degraus” (6,1%).

Mais de metade são mulheres (62,2%) e 65,6% têm mais de 65 anos.

Em termos de “incapacidade severa” (categoria “não consegue realizar de todo”), nos últimos dez anos verificou-se um aumento da prevalência da incapacidade grave ao nível da mobilidade e dos cuidados pessoais, e um decréscimo na dimensão relacionada com a cognição.

(1) Os Censos 2021 recolheram dados sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/ funções definidas no modelo recomendado pela *Comissão das Nações Unidas para a Europa* (UNECE), para utilização em recenseamentos da população: ver, ouvir, andar, ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sem ajuda, compreender os outros ou fazer-se compreender. O questionário dos Censos 2021 inclui uma pergunta para cada um dos seis domínios de funcionalidade, que expressam um grau crescente de dificuldade (quatro categorias), com uma base facultativa, sendo que estas seis perguntas, nos Censos 2011: - foram recolhidas de forma obrigatória; - a introdução às seis perguntas acrescentou explicitamente a menção a problemas decorrentes da idade (envelhecimento) e estabeleceu que se tratam de doenças crónicas (mais de 6 meses); - a formulação das mesmas não seguiu a estrutura recomendada, antes uma condensada em 3 categorias. Estas diferenças justificam a não comparabilidade direta dos dados entre os dois Censos. Em termos de notação, nos Censos 2021 considera-se existir uma incapacidade quando o respondente indica “ter muita dificuldade” ou “não conseguir realizar de todo” uma das seis atividades/ funções específicas do modelo WG-SS (Washington Group Short Set on Functioning). Fonte: INE.

População (2021): indicadores por escalão etário, sexo e meio de vida

(fonte: INE)

A prevalência da incapacidade aumenta com o avanço da idade, de forma progressiva, sobretudo a partir dos 70 anos, com maior incidência no sexo feminino.

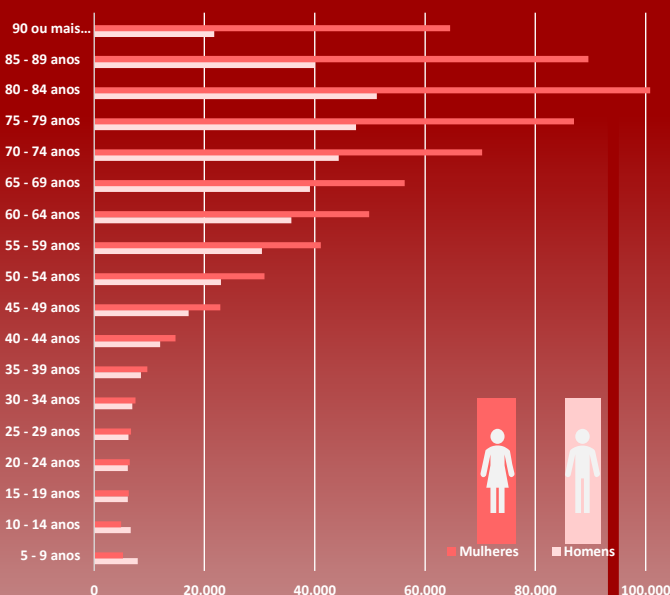
Da população com incapacidade, os indivíduos do sexo masculino estão em maioria somente nos segmentos mais jovens, até aos 14 anos. Os restantes grupos etários são, predominantemente, e de forma crescente (com exceção do último escalão), constituídos por mulheres.

Uma análise por funcionalidade permite concluir que é na mais prevalente (andar/ subir degraus) que existe um maior diferencial no peso relativo dos dois sexos (mais 35 p.p. no caso feminino).

O nível de escolaridade completado pela maior parte da população com incapacidade, e acima dos 15 anos, foi o ensino básico (64,7%), numa repartição bastante uniforme em todos os domínios analisados.

Em termos de atividade laboral, a incapacidade em ver é a que afeta relativamente menos o emprego das pessoas com incapacidade (20% estavam ativas e 17,5% estavam empregadas à data dos Censos 2021), enquanto a incapacidade de mobilidade é a mais penalizadora (apenas 7,9% das pessoas com incapacidade estavam ativas e 7,1% empregadas).

População com 5 ou mais anos com incapacidade, por sexo e grupo etário, Portugal, Censos 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Mais mulheres com incapacidade a partir dos 15 anos de idade, num diferencial crescente face aos homens.

População residente com 15 ou mais anos, total e com incapacidade, segundo algumas características sociodemográficas e socioeconómicas, para os quatro domínios essenciais de funcionalidade, Portugal, Censos 2021

	População com 15 anos ou mais		População com 15 anos ou mais com incapacidade		Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)							
	N.º	%	N.º	%	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração	
					N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	9.011.878	100	1.060.751	100	345.884	100	280.274	100	604.689	100	329.911	100
Sexo												
Masculino	4.237.976	47,0	396.061	37,3	121.512	35,1	119.672	42,7	196.631	32,5	114.502	34,7
Feminino	4.773.902	53,0	664.690	62,7	224.372	64,9	160.602	57,3	408.058	67,5	215.409	65,3
Nível de escolaridade completado												
Nenhum	528.088	5,9	227.561	21,5	77.765	22,5	72.895	26,0	152.988	25,3	94.411	28,6
Até ao 3.º ciclo	4.477.240	49,7	686.343	64,7	215.065	62,2	178.633	63,7	394.932	65,3	193.525	58,7
Secundário	2.223.662	24,7	89.816	8,5	33.268	9,6	16.599	5,9	34.306	5,7	24.727	7,5
Superior	1.782.888	19,8	57.031	5,4	19.786	5,7	12.147	4,3	22.463	3,7	17.248	5,2
Condição perante a atividade económica												
População ativa	4.817.978	53,5	165.938	15,6	69.207	20,0	34.285	12,2	47.831	7,9	40.100	12,2
Empregados	4.426.461	49,1	147.294	13,9	60.413	17,5	30.891	11,0	43.085	7,1	35.568	10,8
Desempregados	391.517	4,3	18.644	1,8	8.794	2,5	3.394	1,2	4.746	0,8	4.532	1,4
População não ativa	4.193.900	46,5	894.813	84,4	276.677	80,0	245.989	87,8	556.858	92,1	289.811	87,8
Estudantes	676.812	7,5	13.541	1,3	6.464	1,9	1.221	0,4	1.541	0,3	5.051	1,5
Reformados	2.383.397	26,4	690.638	65,1	206.617	59,7	209.160	74,6	451.433	74,7	220.193	66,7
Pessoas com inc. permanente para o trabalho	153.395	1,7	80.635	7,6	22.202	6,4	12.790	4,6	51.239	8,5	33.563	10,2
Outros inativos	980.296	10,9	109.999	10,4	41.394	12,0	22.818	8,1	52.645	8,7	31.004	9,4
Principal fonte de rendimento												
Trabalho	4.375.176	48,5	134.681	12,7	57.438	16,6	29.250	10,4	35.169	5,8	32.099	9,7
Reforma ou pensão	2.562.597	28,4	762.303	71,9	228.625	66,1	223.620	79,8	496.274	82,1	248.786	75,4
Subsídio de desemprego	214.566	2,4	13.708	1,3	5.544	1,6	2.509	0,9	4.907	0,8	3.516	1,1
Rendimento social de inserção	96.448	1,1	17.572	1,7	7.095	2,1	2.982	1,1	7.904	1,3	5.140	1,6
A cargo da família	1.204.540	13,4	69.858	6,6	26.350	7,6	11.000	3,9	28.705	4,7	22.355	6,8
Outra	558.551	6,2	62.629	5,9	20.832	6,0	10.913	3,9	31.730	5,2	18.015	5,5

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Educação/Ensino (2021-2022): apoio à Aprendizagem e à Inclusão

(fonte: DGEEC*)

Com o objetivo de conhecer a forma como as escolas organizam os recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão foi aplicado o “Questionário à Educação Inclusiva 2021-2022”.

Este questionário incluiu a formulação de cinco questões fundamentais⁽¹⁾, no sentido de conhecer melhor o universo das crianças/ alunos que integram as escolas da rede pública do Ministério da Educação.

A primeira questão prendeu-se com as *medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão* que foram mobilizadas pelas escolas no âmbito do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP).

Os resultados permitiram apurar que, no ano letivo 2021-22, existiam cerca de 83 mil crianças inscritas na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário para os quais foram mobilizadas medidas seletivas e/ou adicionais de apoio à aprendizagem e à inclusão (83.431), um crescimento de 6,6% face ao ano letivo anterior.

Deste universo, 79,7% das crianças frequentaram o ensino básico, a maioria o 3.º Ciclo (cerca de 23 mil no 1.º Ciclo, 17 mil no 2.º Ciclo e 26 mil no 3.º Ciclo).

A proporção de crianças inscritas no pré-escolar com este tipo de medidas correspondeu a 4,9% (próximo das quatro mil), número que poderá estar subavaliado, pois este segmento é registado pelo *Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância* (SNIP), não estando refletida a totalidade nos resultados apresentados.

Dos 83 mil RTP elaborados, 96,4% integraram *medidas seletivas* de suporte à aprendizagem e à inclusão e 20,3% *medidas adicionais* de suporte.

Das *medidas seletivas* destacam-se como mais relevantes a “Antecipação e Reforço das Aprendizagens” (74,0%), “Apoio Psicopedagógico” (71,7%) e “Adaptações Curriculares não Significativas” (63,3%). De notar que cada aluno pode integrar-se em mais do que uma medida seletiva de suporte à aprendizagem.

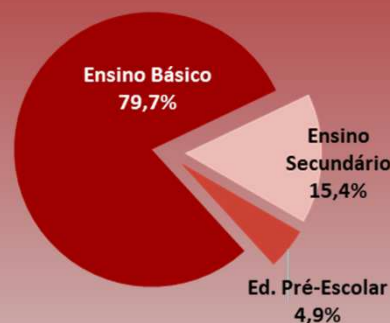
Das *medidas adicionais* destacam-se o “Desenvolvimento de Autonomia Pessoal e Social” (82,2%) e “Adaptações Curriculares Significativas” (79,9%). Esta última implicou a elaboração complementar de um *Programa Educativo Individual* (PEI) e de um *Plano Individual de Transição* (PIT).

Crianças/alunos com medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, por nível de ensino e ciclo de estudos (ano letivo 2021-22)

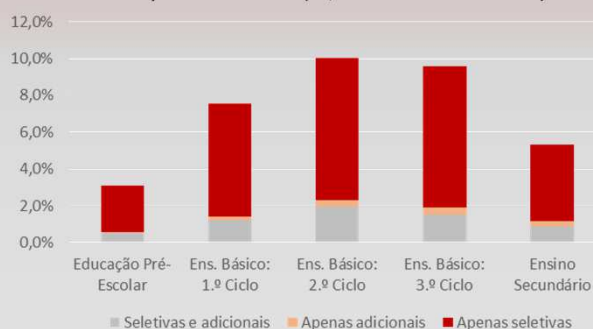
	Número Crianças/ Alunos	Peso relativo	Var. Ano Letivo 2021-22/ 2020-21
TOTAL	83.431	100,0%	6,6%
Educação Pré-Escolar	4.070	4,9%	17,2%
Ensino Básico	66.513	79,7%	4,5%
1.º Ciclo	23.087	27,7%	2,5%
2.º Ciclo	17.402	20,9%	7,6%
3.º Ciclo	26.024	31,2%	4,3%
Ensino Secundário	12.848	15,4%	15,1%

Fonte: DGEEC /ME-MCTES

Proporção de crianças/alunos com medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, por nível de ensino e ciclo de estudos, no total (ano letivo 2021-22)



Taxas de prevalência de medidas seletivas e/ou adicionais de apoio à aprendizagem e à inclusão, por tipo de medida (%; ano letivo 2021-22)



Fonte: DGEEC /ME-MCTES

No âmbito dos RTP foi ainda identificada a necessidade de intervenção com apoios especializados (59.750), nomeadamente ao nível da “Psicologia” (com maior peso no Ensino Secundário), “Terapia da Fala” e “Terapia Ocupacional” (mais representativas no Ensino Básico).

⁽¹⁾ Questões do Inquérito:

- 1) Quais as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão que foram mobilizadas pelas escolas, no âmbito do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)?
- 2) Que outros recursos de apoio à aprendizagem e à inclusão são definidos nos RTP para operacionalizar as medidas seletivas e/ou adicionais?
- 3) Qual a evolução dos percursos escolares dos alunos para quem foram mobilizadas medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão?
- 4) Como se encontram organizados os recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão nas escolas?
- 5) Quais as parcerias estabelecidas pelas escolas com instituições da comunidade educativa?

Fonte: Síntese de Resultados; DEEC/MEC

* Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

População (2016-2021): indicadores do mercado de trabalho

(fontes: IEFP e Eurostat)

No último ano, os dados disponibilizados pelo IEFP indicam melhorias em termos do *desemprego registado* das pessoas com deficiência.

Em dezembro de 2022, havia 13.253 pessoas com deficiência desempregadas e inscritas nos Centros de Emprego, menos 2,4% face ao período homólogo de 2021. Ainda assim, o valor registado em 2022 não atingiu o limite mínimo observado em 2019, refletindo, entre outros fatores, o impacto da pandemia por Covid-19, após uma tendência continuamente decrescente entre 2016 e 2019.

Assinale-se, ainda, um aumento das mulheres com deficiência inscritas entre 2016 e 2022, em 7 p.p. (de 42% para 49%), indiciando maior dificuldade destas no acesso ao emprego.

Quanto às *colocações* no mercado de trabalho, estas atingiram um valor anual relativamente constante, em média cerca de 1.500/ ano. A exceção ocorreu em 2020, quando estas pouco ultrapassaram as mil, eventualmente por impacto da pandemia.

Apesar do decréscimo dos desempregados registados em 2022, a dimensão do desemprego e das colocações evidenciam ainda as dificuldades de acesso e integração deste grupo populacional no mercado de trabalho.

Em termos de escolaridade, destaca-se um acréscimo do desemprego das pessoas com habilitações ao nível do ensino secundário, tendência que parece ter sido reforçada entre 2019 e 2022 (+17,8%).

Os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), disponíveis no Eurostat, evidenciavam que, em 2022, em Portugal, a diferença na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência (*disability employment gap*) foi de 13,1 pontos percentuais (um decréscimo de 3,1 p.p. face a 2021), enquanto na UE-27 essa diferença foi de 21,4 p.p. (observando-se um decréscimo de 1,7 p.p. em relação a 2021).

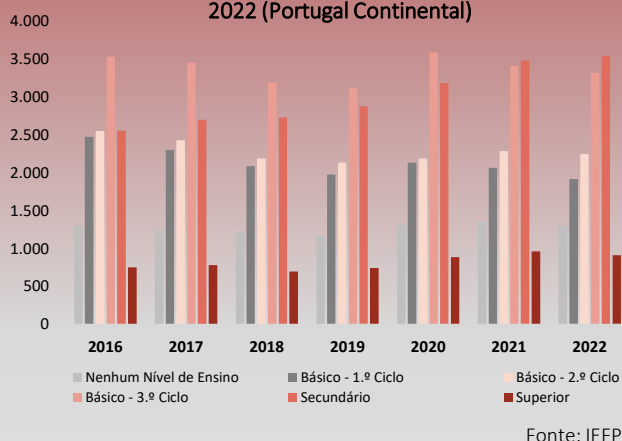
Em termos de diferenças por sexo, observou-se, no período entre 2016 e 2022, uma maior disparidade entre homens com e sem deficiência do que entre mulheres com e sem deficiência, sendo essa diferença de 15,8 p.p. e de 10,3 p.p., respetivamente, em 2022.

Constatou-se ainda que, ao longo do período em referência, a diferença na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência foi sempre menor em Portugal, do que na média dos países da UE-27.

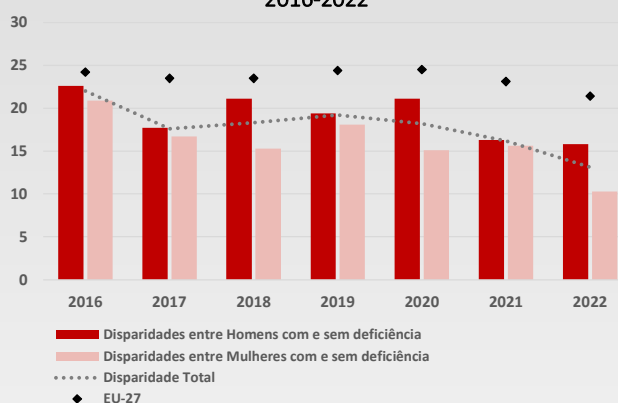
Evolução do desemprego registado e das colocações das pessoas com deficiência, dezembro de 2016 a dezembro de 2022 (Portugal Continental)



Evolução do desemprego registado das pessoas com deficiência, por nível de escolaridade, 2016-2022 (Portugal Continental)



Evolução da disparidade na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2016-2022



(fonte: II, IP/MTSSS)

Das prestações da Segurança Social atribuídas no âmbito da “Deficiência” destacam-se a *Bonificação do Abono de Família para Crianças e Jovens com Deficiência (i<11 anos)*, o *Subsídio por Educação Especial (i<24 anos)* e a *Prestação Social para a Inclusão (PSI)*. Criada em 2017, a PSI substitui os anteriores Subsídio Mensal Vitalício, Pensão Social de Invalidez e Pensão de Invalidez dos Regimes Transitórios dos Trabalhadores Agrícolas.

Em 2022 existiam mais de 95 mil crianças e jovens beneficiárias(os) da *Bonificação por Deficiência* (95.360), menos 9,5% do que no ano anterior e mais 58,5% do que em 2006, sendo que 62,9% dos beneficiários desta prestação foram, em 2022, do sexo masculino.

A partir do dia 1 de janeiro de 2023, e nos termos da Portaria n.º 34/2023, de 25 de janeiro, os montantes mensais da Bonificação por Deficiência correspondem a 67,71 € até aos 14 anos, 98,63 € dos 14 aos 18 anos e de 132,01 € dos 18 aos 24 anos.

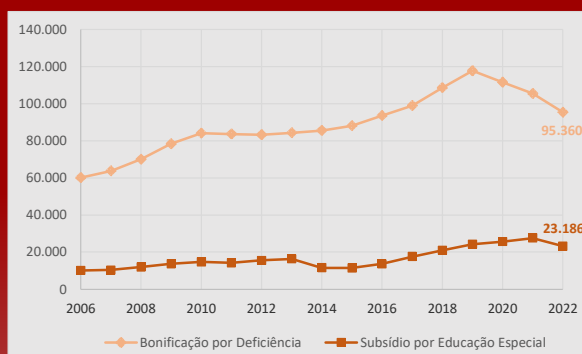
O *Subsídio por Educação Especial* destina-se a assegurar a compensação de encargos resultantes da aplicação de formas específicas de apoio a crianças e jovens com deficiência. Em 2022 receberam esta prestação 23,2 mil pessoas (23.186), 63,9% das quais do sexo masculino. Face a 2021, existiram menos 16,0% titulares, ainda assim, mais que duplicando face a 2006.

A *PSI* é atribuída a pessoas com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, sendo composta por três componentes: a *Componente Base*, o *Complemento* e a *Majoração*. O *Complemento* tem como objetivo o combate à pobreza das pessoas com deficiência ou incapacidade - que vivam sozinhas ou em agregados familiares com carência económica ou insuficiência de recursos - reforçando, por isso, a componente base. A partir de 1 de outubro de 2019, a *PSI* foi alargada à “infância e juventude”, podendo ser requerida a partir do nascimento.

Em dezembro de 2022 o número de pessoas beneficiárias da *PSI* ultrapassou os 133 mil (133.228), sendo que 27,6 mil tiveram direito ao complemento. Em novembro de 2023 estes números ascendem a cerca de 146 mil e 33 mil, respetivamente.

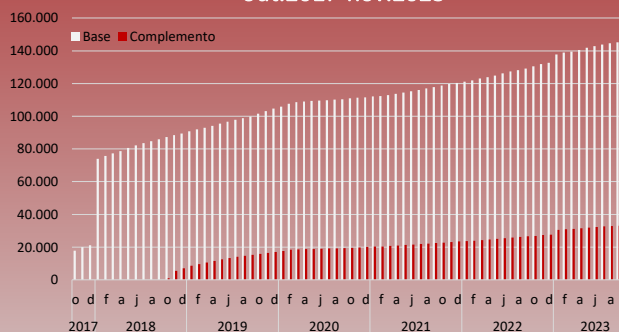
Em 2023, nos termos da Portaria n.º 31-B/2023, de 19 de janeiro, o valor de referência anual da componente base da *PSI* é de 298,42 € por mês, um valor mensal que depende do grau de incapacidade e dos rendimentos do beneficiário. Já o complemento da prestação, que acresce ao valor base e se destina às pessoas com rendimentos mais baixos, subiu para 488,22€, um aumento máximo de 50 €/mês.

Nº de titulares da Bonificação por Deficiência e do Subsídio por Educação Especial, 2006-2022



Fonte: II, IP/ MTSSS

Nº de titulares da Prestação Social para a Inclusão (PSI), por componente (Base e Complemento), out.2017-nov.2023



Fonte: II, IP/ MTSSS

Informação para todos os Requerimentos⁽¹⁾ (até ao dia 6 de novembro de 2023)

Nº de beneficiários por escalão da prestação, para Requerimentos da Base sem complemento

ESCALAO_MONTANTE_BASE	NÚMERO DE TITULARES		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0. Montante da base da PSI = 0 euros	8.798	3.583	5.215
1. Montante da base da PSI > 0 e < 298,42 euros	13.336	7.147	6.189
2. Montante da base da PSI = 298,42 euros	67.742	34.563	33.179
	89.876	45.293	44.583

Nº de beneficiários por escalão da prestação, para Requerimentos do Complemento

ESCALAO_MONTANTE_COMPLEMENTO	NÚMERO DE TITULARES		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
i. Montante do complemento da PSI = 0 euros	37.594	16.918	20.676
ii. Montante do complemento da PSI > 0 euros e < 488,22 euros	24.513	12.524	11.989
iii. Montante do complemento da PSI = 488,22 euros	8.758	4.113	4.645
	70.865	33.555	37.310

Valores médios da PSI⁽²⁾

ESCALAO_MONTANTE	MÉDIA - MONTANTE GLOBAL		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
a. Benef. com montantes da base > 0 e < 298,42 euros e do compl. > 0 euros	422,34	421,73	422,72
b. Benef. com montantes da base = 298,42 euros e do compl. > 0 euros	578,23	568,68	587,98

⁽¹⁾ Independentemente do Estado do Requerimento;

⁽²⁾ Considerando a soma da base com o complemento apenas para os escalões definidos.

Fonte: II, IP/ MTSSS

Para as pessoas beneficiárias da *PSI* com montantes da componente base equivalente a 298,42 euros e a receber complemento, o valor médio atribuído correspondeu a 578 euros. Este valor ascende a 588 euros no caso dos beneficiários serem mulheres (também em maior número a receber o complemento), refletindo, entre outros fatores, o contexto socioeconómico deste segmento.

Respostas Sociais (2021-2022, Portugal Continental)

(fonte: GEP/MTSSS)

Em 2022, contabilizaram-se, em Portugal Continental, 904 respostas sociais, do âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidade.

Estas respostas concretizam-se em diferentes tipologias de apoio - *Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)*, *Lar Residencial*, *Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)*, *Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência (CAARPD)* e *Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)* – traduzindo-se em mais de 28.784 lugares disponíveis.

Face a 2021 este número representa um crescimento de 0,6%.

O CACI tem sido a resposta com maior expressão, representando 56,4% do apoio total a este grupo-alvo, pese embora a resposta de CAARPD seja a que apresenta um maior crescimento no período 2021-22, em termos de número de lugares (1,0%).

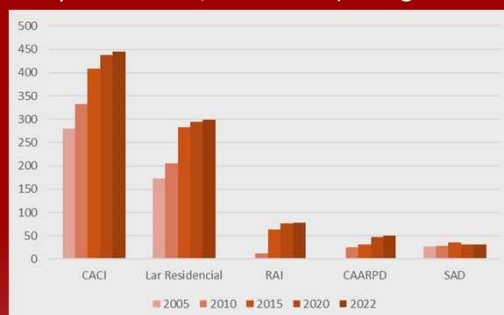
Em 2022, a taxa de cobertura média, no Continente, das principais respostas sociais de apoio a pessoas com deficiência e incapacidade, fixou-se em 4,2%.

Dos dezoito distritos do continente, onze apresentavam taxas de cobertura acima da média, com os distritos da Guarda (9,0%), Castelo Branco (7,4%) e Évora (7,3%) a apresentarem os valores mais elevados. As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região Algarvia, corresponderam às mais deficitárias deste tipo de respostas.

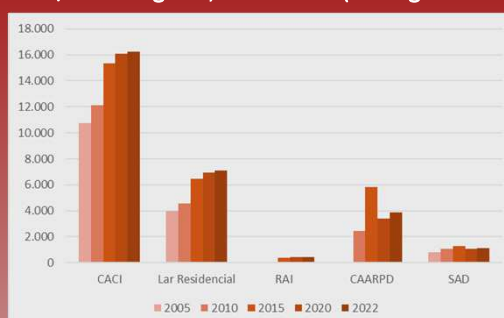
A taxa de utilização média registada em 2022 foi de 92,2%, sendo notório os elevados níveis de ocupação em todo o território continental.

O Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), em detrimento do apoio residencial, visa contribuir para a efetivação do direito das pessoas com deficiência ou incapacidade a viverem de forma independente. Disponibiliza um serviço de assistência pessoal à pessoa com deficiência ou incapacidade para a realização de atividades que não possa realizar por si própria.

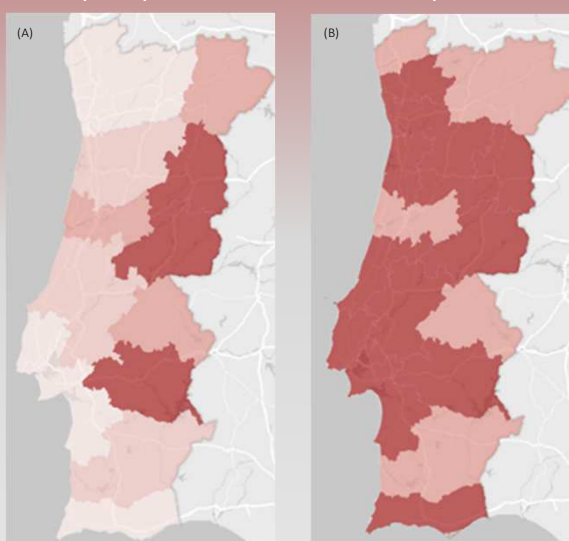
Nº de respostas sociais, 2005-2022 (Portugal Continental)



Capacidade/Nº de lugares, 2005-2022 (Portugal Continental)



Taxa de cobertura (A) e de utilização (B) das principais respostas sociais para pessoas c/deficiência e incapacidade, 2022



Até 4,2%	4,3%a 6,0%	6,1%a 7,0%	>=7,1%	Até 60,0%	60,1%a 70,0%	70,1%a 80,0%	80,1%a 90,0%	>=90,1%
----------	------------	------------	--------	-----------	--------------	--------------	--------------	---------

Fonte: GEP/MTSSS, Carta Social

O MAVI é operacionalizado através da disponibilização de assistência pessoal, por intermédio dos Centros de Apoio à Vida independente (CAVI), entidades responsáveis pelos projetos-piloto. Estão em curso 35 projetos piloto (13 no Norte, 9 no Centro, 6 em Lisboa e Vale do Tejo, 5 no Alentejo e 2 no Algarve).

Fonte: INR, MTSSS

Para mais informações:

Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP/MTSSS)
Praça de Londres, nº 2 - 5º andar, 1049 - 056 Lisboa ☎ 21 595 33 00 - Internet: <http://www.gep.msess.gov.pt>